



1º SIMULADO

Procurador PGE CE

PROVA OBJETIVA

Simulado Procurador PGE-CE

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso PGE-CE Procurador;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C e D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PGE-CE-04-12-2021>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

1. Pode-se classificar os direitos que tem como objetivo assegurar a soberania popular por meio da garantia de influência direta ou indireta nas decisões políticas do Estado como:

- a) Direitos Políticos de Primeira Dimensão.
- b) Direitos Políticos de Segunda Geração.
- c) Direitos Políticos de Terceira Dimensão.
- d) Direitos Sociais de Segunda Geração.

2. Analise as situações a seguir:

- I. Garantia do Contraditório e Ampla Defesa em Processos Judiciais.
- II. Exercício do Direito de Resposta Por Particular em Razão de Matéria Jornalística Considerada Difamatória.
- III. Garantia do Contraditório e Ampla Defesa em Processos Administrativos Particulares.

Referidas situações resultam da:

- a) Eficácia Vertical dos Direitos Fundamentais.
- b) Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais.
- c) Eficácia Vertical dos direitos fundamentais, no item I, e Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais, nos itens II e III.
- d) Eficácia Vertical dos direitos fundamentais, no item I, e Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais, no item II e Eficácia Diagonal dos Direitos Fundamentais, no item III.

3. A Constituição que se classifica como mera plataforma de partida, assumindo a tarefa básica de assegurar apenas as condições possibilitadoras de uma vida em comum, mas já sem pretender realizar diretamente um projeto predeterminado de vida comunitária, corresponde à concepção de Constituição:

- a) Em Branco.
- b) Aberta
- c) Moldura.
- d) Dúctil.

4. Sobre hermenêutica constitucional e métodos hermenêuticos, assinale a opção correta.

- a) A filtragem constitucional da hermenêutica contemporânea dispensa a distinção entre regras e princípios.
- b) De acordo com o método estruturante, o texto constitucional é ponto de partida da atividade do intérprete, mas nunca limitador da interpretação.
- c) Segundo o método tópico, a aplicação de uma norma constitucional deve ser condicionada às estruturas sociais que delimitem o seu alcance normativo.
- d) Os princípios são mandamentos de otimização, como critério hermenêutico, e implicam o ideal regulativo que deve ser buscado pelas diversas respostas constitucionais possíveis.

5. Quanto à ADI e aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade na jurisprudência nacional, assinale a opção correta.

- a) Não se admitem recursos opostos por *amicus curiae* nas ADIs, salvo Embargos de Declaração para impugnar decisão monocrática de inadmissibilidade da sua intervenção.
- b) A alteração de disposição constitucional por emenda superveniente prejudica o julgamento de ADI proposta com esse fundamento, mesmo em situações excepcionais.
- c) Não é possível a cumulação de pedidos de declaração de inconstitucionalidade de normas de natureza federal e estadual na mesma ADI.
- d) A declaração de inconstitucionalidade de norma estadual por tribunal local com efeito erga omnes não acarreta na perda de objeto de ADI ofertada em face da mesma norma perante o STF.

6. Editada Medida Provisória pelo Governador do Estado X, sobreveio a sua aprovação pela Assembleia Legislativa respectiva, após emendas relacionadas à matéria tratada na MP propostas pelos Deputados Estaduais ao Projeto de Lei de Conversão.

A Lei então aprovada:

- a) É inconstitucional, por não se admitir emendas ao projeto de lei de conversão de Medida Provisória.
- b) É constitucional, uma vez que não existem restrições quanto ao poder de emenda parlamentar.
- c) É constitucional, haja vista a pertinência temática da emenda aprovada.
- d) É inconstitucional, por violar a separação dos poderes.

7. Lei estadual que impõe aos prestadores privados de serviços de ensino a obrigação de estender o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes é:

- a) Constitucional, por versar sobre direito do consumidor.
- b) Inconstitucional, em que pese seja produto do exercício da competência concorrente.
- c) Constitucional, por não se tratar de matéria de competência privativa da União.
- d) Inconstitucional, por versar sobre direito civil, cuja competência é da União.

8. Duas ações diretas de inconstitucionalidade foram julgadas procedentes: uma, em razão de vício de iniciativa; outra, em razão do desrespeito ao princípio da anterioridade tributária pelo tributo que seria por ela criado, culminando, sem alteração na sua redação, em decisão que afastou a sua aplicação no mesmo ano em que iniciou sua vigência.

Nas situações descritas, temos a aplicação da(s) técnica(s) de decisão de inconstitucionalidade:

- a) declaração de nulidade total e declaração de nulidade parcial sem redução de texto, respectivamente.
- b) declaração de nulidade por arrastamento e a interpretação conforme, sem redução de texto, respectivamente.
- c) declaração de nulidade total em ambos os casos.

d) declaração de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a constituição, respectivamente.

9. Julgue os seguintes itens.

I Lei anterior não é considerada inconstitucional em relação à Constituição posterior.

II O poder constituinte derivado reformador, ou poder constituinte difuso, é o responsável pelo surgimento das mutações constitucionais.

III Se o conteúdo for compatível, a norma anterior será recepcionada, desde que sua forma seja ainda admitida pela Constituição superveniente.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

10. Quanto à carreira de procurador do estado, assinale a opção correta.

- a) O cargo de procurador do estado não integra o quadro de funções essenciais à justiça.
- b) O Procurador do Estado, resumidamente, tem como única função prestar consultoria jurídica ao ente público que lhe emprega.
- c) O procurador do estado se torna estável após dois anos no exercício de suas funções, preenchidos os demais requisitos legais.
- d) A remuneração do procurador deve consistir exclusivamente em subsídio fixado em parcela única.

11. Considerando a ordem social como estabelecida na CF/88, que objetiva o bem-estar e a justiça social, assinale a opção correta.

- a) A proteção da maternidade, em que pese seja um dos objetivos da seguridade social, é garantida mediante o cumprimento de carência.
- b) Admite-se a destinação de recursos públicos a instituições privadas que participem do sistema único de saúde, para auxiliar em suas atividades, independente dos seus fins.

c) Dentre as diretrizes do serviço público de saúde insere-se o atendimento integral, com prioridade às atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

d) É vedada a participação de contribuições sociais sobre a receita de concursos de loteria no financiamento da seguridade social.

12. A respeito da ordem econômica e financeira nacional, assinale a opção correta.

a) O princípio da soberania nacional econômica visa evitar a influência externa descontrolada na economia brasileira.

b) É constitucional o tratamento jurídico desfavorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, em razão de ter sede e administração no país.

c) Exige-se a autorização do poder público para o trabalho e o exercício de qualquer atividade econômica.

d) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é permitida irrestritamente, desde que respeitado o princípio da livre concorrência.

13. A respeito da administração pública, assinale a opção correta.

a) As funções de confiança, exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo, limitam-se a atribuições de direção, chefia, apoio e assessoramento.

b) Governadores e desembargadores não podem receber vencimentos superiores aos de deputado, no âmbito estadual.

c) O Poder Judiciário não pode determinar a equiparação salarial de servidores públicos com o aumento de salários para garantir a aplicação do princípio da isonomia.

d) Servidor público efetivo eleito vereador será, necessariamente, afastado de seu cargo.

14. Quanto à comunicação social, a Constituição veda:

a) qualquer participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

b) o cancelamento da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, antes de vencido o prazo, ainda que com amparo de decisão judicial.

c) alterações de controle societário nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, sem o consentimento do senado federal.

d) que a gestão das atividades e o estabelecimento do conteúdo da programação de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens seja exercida por quem não seja brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.

15. De acordo com a Constituição, acerca do Estado e do domínio econômico, assinale a alternativa correta:

a) exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse individual, conforme definidos em lei.

b) O Estado atuará em caráter excepcional, restringindo-se às atividades que envolvam a segurança nacional.

c) A atuação do estado se restringirá à função normativa, reguladora e fiscalizadora e, apenas nos casos de relevante interesse coletivo, à atividade de incentivo e planejamento.

d) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

16. Considerando os princípios constitucionais e legais, implícitos e explícitos, que regem a atividade da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O STF entende que é constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos aos negros, sendo legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação.
- b) Em decorrência do princípio da reserva legal pode-se afirmar que, na esfera privada o particular somente pode agir de acordo com o que a lei determina, ao passo que a administração pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- c) De acordo com o STJ, o princípio da continuidade dos serviços públicos admite o corte no fornecimento de serviço público, mediante prévio aviso, em qualquer dia da semana, inclusive finais de semana e feriados, se decorrente do inadimplemento do usuário.
- d) Em virtude dos princípios da proteção à confiança e da segurança jurídica, entende o STF que não podem ser considerados válidos os atos praticados por agente público ilegalmente investido.

17. Acerca de organização administrativa, órgãos e pessoas jurídicas que a compõem, assinale a opção correta.

- a) A desconcentração pode ocorrer no âmbito da Administração Direta ou Indireta e nela não existe relação de subordinação entre os órgãos.
- b) Agências reguladoras são instituídas para disciplinar e fiscalizar a prestação de serviços públicos e, apesar de deterem poder normativo, não dispõem de legitimidade para impor sanções.
- c) As fundações públicas possuem personalidade jurídica e patrimônio próprios, constituindo serviço estatal relevante personalizado.

d) Os consórcios públicos possuem natureza jurídica de contrato interfederativo e podem ter personalidade jurídica de direito público ou de direito privado sem fins econômicos.

18. Sobre a intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível que o mesmo bem privado seja tombado por mais de um ente federado.
- b) Em se tratando de desapropriação, caso haja divergência entre a área medida e a área registrada, a indenização devida levará em conta a área efetivamente desapropriada.
- c) A revelia do desapropriado implica aceitação tácita da oferta.
- d) Nos casos de desapropriações de imóveis urbanos, estas serão feitas sempre com prévia indenização em títulos da dívida pública.

19. A sanção aplicada ao particular que possui vínculo jurídico específico com o Poder Público constitui manifestação do poder:

- a) de polícia.
- b) disciplinar.
- c) hierárquico.
- d) regulamentar.

20. Acerca do poder de polícia, assinale a opção correta considerando o entendimento dos tribunais superiores e a doutrina.

- a) A demolição de casa habitada determinada por força de ato de polícia administrativa independe de prévia autorização judicial.
- b) A licença é ato vinculado definitivo e, uma vez preenchidas as condições necessárias para a sua obtenção, surge para o particular um direito subjetivo, obrigando a Administração Pública a expedir o alvará correspondente.
- c) É inadmissível, em qualquer hipótese, a delegação do poder de polícia para as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta.

d) O STF admite a delegação do poder de polícia, por meio de lei, para as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta que possuam capital social integralmente público.

21. Sobre a delegação e avocação de atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) O agente que praticou o ato em virtude de delegação de competência não pode figurar como autoridade coatora em mandado de segurança.
- b) A delegação de competência é discricionária, precária e absoluta.
- c) A avocação é ato discricionário no qual o superior hierárquico toma para si o exercício definitivo de determinada competência atribuída por lei a um subordinado.
- d) O agente público delegante pode retomar o exercício da competência a qualquer tempo tendo em vista que a delegação é um ato precário.

22. A Lei n. 14.133/21 promoveu inúmeras mudanças em relação à licitação, estabelecendo, por exemplo, que as licitações devem ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. Diante de tais alterações, assinale a alternativa correta.

- a) Ainda que a lei tenha estabelecido que as licitações deverão ser preferencialmente eletrônicas, a Administração não poderá estabelecer, como condição de validade e eficácia, que os atos sejam praticados, pelos licitantes, em formato eletrônico.
- b) A habilitação se dará após a apresentação das propostas e julgamento, sendo possível a inversão de fases desde que haja previsão no edital e que exista ato motivado explicitando os benefícios da inversão.
- c) O diálogo competitivo é a modalidade que realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos,

visando desenvolver alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta definitiva no início dos diálogos, sob pena de violação da isonomia.
d) Para que a licitação seja inexigível o serviço deve ser de natureza singular.

23. De acordo com a Lei n. 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas e indiretas dos entes federativos, assinale a alternativa correta:

- a) No processo de licitação poderá ser estabelecida margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.
- b) Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo Federal, a margem não poderá exceder o percentual de 10% (dez por cento).
- c) A margem de preferência normal pode ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários do Mercosul, independentemente da existência de reciprocidade.
- d) Será assegurada preferência aos bens e produtos produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

24. De acordo com a Lei n. 14.133/2021, nas hipóteses em que os agentes públicos atuantes na licitação forem demandados na esfera administrativa, controladora ou judicial por atuação fundamentada em parecer jurídico, serão representados pela advocacia pública, caso assim o desejem. Com base em tal previsão, marque a alternativa correta:

- a) A defesa pela advocacia pública, em tais casos, é garantida às autoridades competentes, servidores e empregados públicos.
- b) A advocacia pública representará o agente público ainda que constem provas da prática de atos dolosos no processo.
- c) Caso o agente público não ocupe mais o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ato questionado a advocacia pública não poderá representá-lo nas esferas administrativa e controladora, apenas na esfera judicial.
- d) Com base na teoria do órgão, a advocacia pública deverá representar o agente público, ainda que este não tenha pautado sua atuação em parecer jurídico.

25. A respeito dos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a opção correta.

- a) Dado o princípio da autotutela, poderá a administração anular, a qualquer tempo, seus próprios atos, mas não poderá revogar aqueles eivados de vício de ilegalidade sem prévia autorização do poder judiciário.
- b) O princípio da eficácia, segundo o qual se deve perseguir a busca dos melhores resultados práticos através da melhor e mais célere atuação encontra-se previsto, expressamente, na Constituição Federal.
- c) Ao princípio da publicidade corresponde, na esfera do direito subjetivo dos administrados, ao direito de petição aos órgãos da administração pública.
- d) O Regime Jurídico Administrativo é um conjunto de regras que regem a atuação da Administração Pública, sendo certo que as regras prevalecem sobre os princípios.

26. Acerca dos contratos administrativos, marque a alternativa correta.

- a) Com o advento da Lei n. 14.133/2021, passou-se a admitir o contrato verbal para prestação de serviços, desde que o valor não supere a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

- b) A subcontratação do objeto é vedada e não pode ser operada, ainda que de forma parcial.
- c) Haverá reajustamento em sentido estrito nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- d) A anulação dos contratos administrativos poderá ser realizada pela própria Administração, de ofício ou mediante provocação, ou pelo Poder Judiciário, mediante provocação, e produzirá efeitos *ex nunc*.

27. No que concerne às parcerias público-privadas, assinale a opção correta.

- a) É vedada a celebração de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos.
- b) As concessões patrocinadas em que mais de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa, que poderá ser genérica ou específica.
- c) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação, na modalidade concorrência ou pregão.
- d) Concessão administrativa é o contrato de parceria público-privada de que a administração pública é a usuária direta ou indireta do serviço

28. Acerca da relação dos entes federativos com os seus servidores e com as demais organizações que compõem a máquina pública, assinale a opção correta.

- a) Os agentes políticos possuem cargos estruturais e inerentes à organização política do país, exercem função diretiva e manifestam a vontade superior do Estado. Assim, dada a independência funcional que lhes é inerente, não são considerados agentes públicos.
- b) A função de confiança, exercida por servidor ocupante de cargo efetivo ou cargo em comissão, destina-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- c) Todos os empregados públicos possuem direito à estabilidade.
- d) É direito do administrado fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

29. Em relação aos concursos públicos e o entendimento das Cortes Superiores sobre o direito subjetivo à nomeação e nomeação tardia, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo para pleitear a nomeação em cargo público por motivo de preterição da ordem de classificação é de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação do ato no sítio eletrônico oficial do órgão.
- b) A contratação de servidores temporários ou o emprego de servidores comissionados, por si sós, caracterizam preterição na convocação e na nomeação de candidatos aprovados em concurso público.
- c) A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público não gera direito à indenização. No entanto, uma vez comprovada arbitrariedade flagrante da Administração o direito à indenização poderá ser reconhecido.
- d) A nomeação tardia ensejará direito às promoções ou progressões funcionais a que faria jus o candidato se a nomeação houvesse ocorrido no prazo regular.

30. À luz da legislação pertinente e da jurisprudência dominante dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito do controle da administração pública.

- a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) Os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria,

reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

- c) É constitucional norma local que estabeleça a competência do TCU para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- d) As decisões do Tribunal resultantes de imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

31. Analise as assertivas seguintes sobre tributos, suas espécies e os princípios constitucionais tributários.

- I. as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas vão incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- II. o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos ou valores mobiliários não incide sobre os saques efetuados em cadernetas de poupança.
- III. sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- IV. é inadmissível a União conceder incentivos fiscais que não sejam uniformes em todo o território nacional, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Está correto apenas o que se afirma nos itens:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) I, II e III

32. Sobre os tributos e suas espécies, julgue as seguintes afirmações:

I. Os tributos, nas suas diversas espécies, compõem o Sistema Constitucional Tributário brasileiro e o tributo encontra a sua definição no artigo 30 do CTN, conceito legal que se resume, em termos jurídicos, no constituir ele uma obrigação que a lei impõe às pessoas, de entrega de uma certa importância em dinheiro ao Estado.

II. As obrigações são voluntárias ou legais, sendo as primeiras decorrentes da vontade das partes, assim, do contrato, e as legais resultantes da lei, por isso denominadas obrigações ex lege e encontradas tanto no direito público quanto no direito privado, a exemplo da obrigação tributária, de natureza *ex lege*, a mais importante do direito público, que nasce de um fato qualquer da vida concreta, que antes havia sido qualificado pela lei como apto a determinar o seu nascimento.

III. As diversas espécies tributárias, determinadas pela hipótese de incidência ou pelo fato gerador da respectiva obrigação são os impostos, as taxas, as contribuições (de melhoria, sociais, que, por sua vez, podem ser de seguridade social e salário educação e as especiais de intervenção no domínio econômico ou de interesse de categorias profissionais ou econômicas, além dos empréstimos compulsórios).

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, pode-se considerar que:

- a) estão corretos os itens I e II.
- b) estão corretos os itens I e III.
- c) estão corretos os itens II e III.
- d) todos os itens estão corretos.

33. O Senado Federal tem importante papel na fixação de alíquotas mínimas e máximas de certos impostos previstos na Constituição Federal. Sobre o tema em comento, analise as alternativas abaixo e ao final assinale a opção correta:

- I. O ISS terá alíquotas mínimas e máximas fixadas por Resolução do Senado Federal.
- II. O IPVA terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

III. O ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

IV. Quanto ao ICMS é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros,

I. Cabe ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas do ITCMD.

São corretos:

- a) I e II
- b) II, III e IV
- c) I, II e III
- d) III e IV

34. A respeito do tratamento constitucional das imunidades e das normas gerais sobre isenções estabelecidas no Código Tributário Nacional é lícito afirmar que:

- a) As entidades de assistência social sem fins lucrativos que atendam aos requisitos legais para a imunidade tributária não estão obrigadas à retenção de imposto de renda na fonte sobre os pagamentos de salários a funcionários.
- b) «Ao promitente comprador de imóvel residencial transcrita em nome de autarquia estende-se a vedação a que União, Estados, Distrito Federal e Municípios tributem o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.
- c) A imunidade não se estende a encartes de propaganda distribuídos com jornais e periódicos, que têm exclusiva índole comercial e não podem ser considerados como destinados à cultura e à educação.
- d) Em decorrência do disposto no artigo 178 do CTN, as isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, podem ser livremente suprimidas.

35. Ao lavrar um auto de infração e imposição de multa, um auditor estadual de tributos observa que uma nova lei, posterior ao fato gerador, reduziu a alíquota do imposto objeto da exação,

bem como a penalidade pecuniária relativa à infração cometida pelo sujeito passivo. Nesse caso, em cumprimento ao princípio da irretroatividade da norma tributária, o fiscal deverá cobrar:

- a) A multa vigente à época do fato gerador.
- b) O imposto e a multa vigentes à época do fato gerador.
- c) O imposto vigente na data da lavratura do auto de infração.
- d) O imposto e a multa vigentes na data da lavratura do auto de infração.

36. Analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. Os Estados deverão entregar aos Municípios em que estiverem domiciliados os proprietários de veículos ou os seus possuidores a qualquer título, 50% da arrecadação do IPVA incidente sobre esses veículos.
 - II. Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do ITR, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção pelo Município, na forma da lei, por fiscalizar e cobrar o referido imposto, desde que não implique em sua redução ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. Nesta hipótese ocorrerá a delegação da competência tributária, da União para o Município.
 - III. No âmbito tributário, tanto a União, como os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem competência tributária concorrente para a instituição de taxas.
- a) Somente o item I está correto.
 - b) Somente o item II está correto.
 - c) Somente o item III está correto.
 - d) Estão corretos os itens I e III.

37. Segundo o Princípio da Estrita Legalidade (ou da Tipicidade Cerrada) previsto no artigo 97 do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa abaixo que contempla um assunto não reservado à lei em sentido estrito:

- a) A instituição de tributo.
- b) A extinção de tributo.
- c) A cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.
- d) A fixação do prazo de recolhimento de determinado tributo.

38. Na ausência de disposição normativa expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade. Sobre o tema da Interpretação e integração da legislação tributária assinale a opção que traz a alternativa correta à luz do Código Tributário Nacional:

- a) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- b) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- c) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.
- d) A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

39. Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, analise as seguintes afirmações sobre obrigação tributária, solidariedade e responsabilidade tributária:

- I. O ente federado competente pode autuar o contribuinte pelo descumprimento de obrigação acessória consistente na exigência de nota fiscal para deslocamento de bens do ativo imobilizado e de bens de uso e consumo entre

estabelecimentos da mesma instituição financeira, operação que, em tese, não caracteriza hipótese de incidência do ICMS.

II. Não são pessoas naturais com interesse comum na situação que constitui o fato gerador o tomador e o prestador de serviços de mão-de-obra na construção civil em relação à contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração do vínculo.

III. A responsabilidade tributária do sucessor abrange, além dos tributos devidos pelo sucedido, as multas moratórias ou punitivas, que, por representarem dívida de valor, acompanham o passivo do patrimônio adquirido pelo sucessor, desde que seu fato gerador tenha ocorrido até a data da sucessão.

IV. O redirecionamento da execução fiscal aos sócios gerentes, no caso de dissolução irregular da sociedade empresária, independe da verificação de quem ocupava o posto de gerente no momento da dissolução e da verificação de que aquele responsável pela dissolução tenha sido também, simultaneamente, o detentor da gerência na oportunidade do vencimento do tributo.

Está correto apenas o que se afirma nos itens:

- a) I e II
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV

40. Acerca dos sujeitos na relação tributária, assinale a opção correta.

- a) No polo ativo da relação tributária deve figurar uma pessoa jurídica de direito privado.
- b) O polo passivo da relação tributária pode ser integrado pelo "contribuinte de fato", haja vista possuir relação pessoal e direta com o fato gerador da obrigação.
- c) Na hipótese de delegação da capacidade tributária ativa (funções de arrecadar ou fiscalizar tributos), remanesce a solidariedade entre à

pessoa jurídica de direito público delegante e a pessoa jurídica de direito público delegada.

- d) Tem-se a solidariedade tributária passiva entre as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitui o fato gerador da obrigação principal, que não comporta benefício de ordem.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

41. Sobre a renúncia de receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
- b) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- c) Uma das possíveis condições é a de que a renúncia deve estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- d) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício seguinte e nos dois posteriores, se for o caso, em que deva iniciar sua vigência.

42. Sobre a independência administrativa e financeira dos poderes Judiciário, Legislativo e Ministério Público, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.
- b) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
- c) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) Se os tribunais não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, não receberão os repasses constitucionais a tempo.

43. A Emenda Constitucional nº 109 de 15 de março de 2021 (EC nº109/21) reforçou a necessidade de todos os entes federais (União, Estados, Distrito Federal e os Municípios) manterem o controle da dívida pública. Sobre o disposto, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis
- c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- d) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos

indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

44. Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

- a) Geral do Orçamento.
- b) do Plano Plurianual.
- c) de Diretrizes Orçamentárias.
- d) do Orçamento Anual.

45. O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, é correto afirmar que

- a) o refinanciamento da dívida pública não constará da lei orçamentária.
- b) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias apenas nos casos em que a amortização seja superior a 60 meses.
- c) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro.
- d) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

46. A respeito da reclamação, é correto afirmar que

- a) da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, contudo, prejudica os recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.

- b) poderá ser proposta pelo Ministério Público, desde que a matéria envolva interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.
- c) somente pode ser proposta perante os Tribunais Superiores.
- d) deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

47. Considere as assertivas a seguir sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública.

- I. Admite o reexame necessário.
- II. Não é competente para processar e julgar causas que tenham como objeto a impugnação de pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- III. A entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até o dia anterior à prolação da sentença.
- IV. É cabível o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.
- V. Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e V.
- b) I, II e III.
- c) II, III e V.
- d) II, IV e V.

48. Assinale a alternativa correta sobre capacidade processual.

- a) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa nomeada por assembleia, desde que comprovada em juízo.
- b) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, a autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar.

- c) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá imediatamente o processo.
- d) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, o Estado e o Distrito Federal, por seu governador ou procurador.

49. Sobre o incidente de desconconsideração de personalidade jurídica, é correto afirmar

- a) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte, do Ministério Público e da Defensoria Pública, quando lhe este último couber intervir no processo.
- b) Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.
- c) Aplica-se o incidente à desconconsideração inversa, porém, por analogia, segundo entendimento dos Tribunais Superiores.
- d) Concluída a instrução o incidente será resolvido por decisão interlocutória, e desafia agravo de instrumento, caso seja proferida por relator.

50. A respeito da tutela de evidência, é correto afirmar que

- a) possui a mesma natureza do julgamento antecipado parcial do mérito.
- b) O CPC exige, em hipóteses excepcionais elencadas na lei, a necessidade de demonstração de perigo de dano.
- c) pode ser deferida quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- d) pode ser deferida liminarmente, conforme determinação expressa do CPC, na hipótese de ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

51. Assinale a alternativa que traz uma causa de extinção do processo sem resolução do mérito.

- a) acolher ou rejeitar o pedido formulado em reconvenção.
- b) no caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- c) por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 90 (noventa) dias.
- d) homologar o reconhecimento do pedido formulado na ação.

52. Acerca do procedimento da lei de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Se a petição inicial estiver em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo comum de 30 (trinta) dias.
- b) Será proposta ação de improbidade administrativa pela pessoa jurídica de direito público interessada e pelo Ministério Público.
- c) Na hipótese de litisconsórcio passivo, a condenação ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, permitida solidariedade.
- d) É permitido o acordo de não persecução civil se houver ressarcimento parcial do dano.

53. Sobre as disposições do Código de Processo Civil acerca do julgamento antecipado do processo, assinale a alternativa correta.

- a) a parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto.
- b) é admitido promover o julgamento parcial do mérito apenas se houver pedidos que se mostrem incontroversos.
- c) se houver julgamento parcial do mérito a decisão pode ser atacada por recurso de apelação.
- d) o julgamento parcial do mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.

54. Em relação à ação rescisória, assinale a alternativa correta.

- a) O autor deve depositar a importância de dois por cento sobre o valor da causa.
- b) Tem legitimidade para propor a ação rescisória aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era facultativa a intervenção.
- c) a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.
- d) seu rol é meramente exemplificativo, abrangendo, assim, os atos homologatórios praticados no curso da execução.

55. Sobre o que prevê o CPC acerca das provas, assinale a alternativa correta.

- a) O terceiro, em relação a qualquer causa, incumbe informar ao juiz os fatos e as circunstâncias de que tenha conhecimento, porém, o juízo não poderá impor qualquer medida para efetiva informação.
- b) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.
- c) A parte, intimada a falar sobre documento constante dos autos, poderá suscitar sua falsidade, somente com a deflagração do incidente de arguição de falsidade.
- d) A utilização de documentos eletrônicos no processo convencional ocorrerá independentemente de conversão à forma impressa, segundo o CPC.

56. Em relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- a) segundo o STF, a desistência da ação mandamental deve ser com anuência da parte contrária, desde que antes do trânsito em julgado.
- b) em sede de mandado de segurança, o STF entendeu pela inconstitucionalidade da condenação em honorários advocatícios.

c) segundo a teoria da encampação, admite-se modificação de competência prevista na Constituição.

d) segundo o STJ, sendo a impetração do mandado de segurança anterior ao trânsito em julgado da decisão questionada, mesmo que venha a acontecer, posteriormente, não poderá ser invocado o seu não cabimento ou a sua perda de objeto, mas preenchidas as demais exigências jurídico-processuais, deverá ter seu mérito apreciado.

57. Na interposição de recurso inominado no Juizado Especial da Fazenda Pública, o ente público terá o prazo de:

- a) 20 dias úteis.
- b) 20 dias corridos.
- c) 10 dias úteis.
- d) 10 dias corridos.

58. A respeito da ação monitória, é correto afirmar que

- a) Não é cabível citação por edital, já que o Código de Processo Civil veda expressamente.
- b) É incabível o ajuizamento pela Fazenda Pública, por expressa vedação legal.
- c) É cabível a reconvenção à reconvenção.
- d) Havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz intimá-lo-á para, querendo, emendar a petição inicial, adaptando-a ao procedimento comum.

59. Uma ação coletiva tramitou na Vara da Fazenda Pública e nela foi intentado o cumprimento de sentença sob o rito do art. 534 e seguintes do CPC/2015. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assentou que o cumprimento de sentença oriundo de ação coletiva em que o valor da causa seja inferior a 60 (sessenta) salários mínimos deve seguir o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 (Lei do Juizado da Fazenda Pública), independentemente de haver Juizado Especial instalado na comarca competente.

Considerando a hipótese apresentada e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta

- a) Não é possível propor nos juizados especiais da fazenda pública a execução de título executivo formado em ação coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução.
- b) Não é possível propor nos juizados especiais da fazenda pública, mas é permitido impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução.
- c) É possível utilizar o rito sumaríssimo da Lei 12.153/09 ao juízo comum da execução, quando se tratar de direitos individuais presentes no Código de Defesa do Consumidor.
- d) É possível o cumprimento de sentença de ação coletiva nos juizados especiais da fazenda pública, somente nas comarcas que tal órgão jurisdicional especializado existir.

60. A respeito dos honorários advocatícios e sua execução contra fazenda pública, é correto afirmar que

- a) possui natureza alimentar e sua satisfação será por expedição de precatórios ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.
- b) Possui natureza alimentar em determinadas hipóteses e a satisfação por expedição de precatórios ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.
- c) Não possui natureza alimentar e sua satisfação será por expedição de precatórios ou requisição de pequeno valor.
- d) possui natureza alimentar e a satisfação será somente por expedição de precatórios.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Érick, cidadão francês, tem um filho com Judit, na França. Por razões de trabalho, mudou-se sozinho para o Brasil. Com o passar dos anos, fixou-se na cidade do Rio de Janeiro, onde adquiriu uma casa e dois apartamentos. Nesse meio tempo, conheceu Ana, brasileira, com quem teve um filho. Érick volta para a França, para lá estabelecer seu domicílio, e, em razão de um acidente automobilístico, morre tão logo chega em território francês. Supondo que a lei francesa determine que os bens do de cujus devem ser destinados ao herdeiro francês, exclusivamente, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a casa e os apartamento de Érick:

- a) serão destinados ao herdeiro francês, uma vez que a sucessão é regida pela lei de origem do de cujus;
- b) devem ser partilhados entre ambos os herdeiros, pois quando constatado conflito de leis no espaço, o juiz deve interpretar segundo os bons costumes;
- c) serão destinados a ambos os filhos, pois a sucessão dos bens situados no Brasil se dá de maneira a beneficiar o filho brasileiro;
- d) serão destinados ao filho francês, pois a Lei brasileira é silente nos casos em que há conflito de leis no espaço.

62. Segundo o Código Civil de 2002, é motivo para a exclusão da sucessão por indignidade:

- a) Ofensa física ou injúria grave praticada pelo descendente contra o ascendente.
- b) A inibição ou obstrução violenta do autor da herança, da disposição livre de seus bens por ato de última vontade.
- c) Desamparo do filho ou neto com deficiência mental ou grave enfermidade.

d) Relações ilícitas com a mulher ou companheira do filho ou a do neto, ou com o marido ou companheiro da filha ou o da neta.

63. Sobre a publicidade prevista na Lei de Registros Públicos (6.015/1973) é correto afirmar que:

- a) Os oficiais e os encarregados das repartições em que se façam os registros são obrigados a lavrar certidão do que lhes for requerido e ainda fornecer às partes as informações solicitadas.
- b) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, devendo, contudo, informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
- c) Nas certidões de registro civil, obrigatoriamente se mencionará a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, especialmente quando a requerimento do próprio interessado, ou em virtude de determinação judicial.
- d) As certidões extraídas dos registros públicos deverão ser fornecidas em papel e mediante escrita que não permitam a sua reprodução por fotocópia, ou outro processo equivalente, dado seu caráter sigiloso.

64. Clarindo, para visitar sua família, contrata semanalmente com a empresa de transporte coletivo urbano Rota Certa Ltda. Em uma dessas viagens, um grupo fortemente armado invadiu o ônibus e roubou a bagagem de todos os passageiros. Inconformado, Clarindo ajuizou ação de indenização em face da Rota Certa, requerendo indenização pela bagagem roubada. Diante dos fatos e de acordo com o entendimento do STJ é correto afirmar que:

- a) É devida a indenização a Clarindo, uma vez que a transportadora é legalmente responsável tanto pelo passageiro como por sua bagagem.
- b) Não é devida a indenização a Clarindo, uma vez que não foi previamente estipulado em contrato o dever de indenizar em caso de roubo.
- c) É devida a indenização a Clarindo, apenas se comprovado que na bagagem objeto do roubo, haviam objetos de valor relevante.

d) Não é devida a indenização a Clarindo, pois o assalto à mão armada é considerado caso fortuito, afastando a responsabilidade da transportadora.

65. Em se tratando dos deveres dos condôminos, assinale a alternativa correta, segundo o Código Civil de 2002:

- a) É vedado ao condômino alhear ou gravar a respectiva parte ideal.
- b) Ainda que o condômino renuncie à parte ideal, não poderá eximir-se do pagamento das despesas e dívidas, pois trata-se de obrigação *propter rem*.
- c) Cada condômino responde aos outros pelos danos que causou à coisa, porém nunca pelos frutos que percebeu dela.
- d) Aplicam-se à divisão do condomínio, no que couber, as regras de partilha de herança.

66. Joana, por motivos de saúde, somente conseguiria engravidar por meio de métodos de reprodução assistida. Por isso, contratou um plano de saúde na modalidade coparticipação, cuja lista do contrato de adesão cobriria a inseminação artificial. Ao buscar por uma clínica, lhe foi sugerido pelo médico, o método de fertilização in vitro. Contudo, o plano de saúde negou a cobertura do procedimento. Segundo o entendimento do STJ, o plano de saúde está:

- a) Sem a razão, pois a inseminação artificial por se assemelhar com a fertilização in vitro, gera a presunção de cobertura.
- b) Com a razão, uma vez que não há cláusula contratual expressa que obrigue o plano de saúde a custear o tratamento médico de fertilização in vitro.
- c) Parcialmente com a razão, pois, não havendo cláusula contratual expressa que obrigue o plano de saúde a custear o tratamento médico de fertilização in vitro, ficarão as partes condicionadas à apreciação do mérito pelo juiz.
- d) Sem a razão, uma vez que a modalidade contratada por Joana, qual seja a de

coparticipação, permite ao segurado pelo plano de saúde, a livre escolha sobre seu tratamento.

67. Sobre o pagamento, segundo o que prevê o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; e se sub-roga nos direitos do credor.
- b) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo não é válido quando provado que não era credor.
- c) Salvo disposição legal em contrário, não tendo sido ajustada época para o pagamento, pode o credor exigí-lo imediatamente.
- d) É vedado às partes convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.

68. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, barreiras são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Com base nisto, assinale a alternativa que traz corretamente uma das classificações de barreira:

- a) Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- b) Barreiras arquitetônicas: as existentes nos sistemas e meios de transporte.
- c) Barreiras nos transportes: as existentes nos edifícios públicos e privados.
- d) Barreiras atitudinais: comportamentos que facilitem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

69. Em se tratando dos direitos da personalidade, segundo o que ditam o STJ e o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) A divulgação por interlocutores ou por terceiros de mensagens trocadas via WhatsApp é incapaz de ensejar a responsabilização por eventuais danos decorrentes da difusão do conteúdo.
- b) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária em nenhuma hipótese.
- c) O pseudônimo adotado para atividades ilícitas não goza da mesma proteção que se confere ao nome.
- d) É inadmissível a exclusão de prenome da criança, ainda que o pai tenha informado, perante o cartório de registro civil, nome diferente daquele que havia sido consensualmente escolhido pelos genitores.

70. Sobre os bens, assinale a alternativa que está em consonância com o Código Civil de 2002:

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros, que não se encaixem nesta definição devem ser considerados particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) Principal é o bem que existe sobre si, desde que concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.
- c) Bens divisíveis são os que se podem fracionar ainda que haja alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- d) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação plural.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

71. Assinale a alternativa CERTA:

- a) Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, com prejuízo da remuneração.
- b) Em caso de aborto não criminoso, a mulher celetista terá direito a repouso remunerado de trinta dias.
- c) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.
- d) O empregado afastado do emprego não tem direito às vantagens concedidas, durante a sua ausência, à categoria que integra na empresa.

72. Assinale a alternativa CERTA:

- a) Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de qualquer outra doença grave, de modo que, inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.
- b) Os contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem concurso público após a Constituição Federal de 1988 são nulos, sem que se possa reconhecer qualquer direito ao trabalhador.
- c) Segundo o TST, na hipótese de uma relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo, não incidirá a multa pelo não pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação no prazo legal.
- d) A estabilidade provisória da gestante independe do conhecimento do empregador.

73. No tocante à jornada de trabalho e, de acordo com a legislação vigente, considere:

- I. Empregado e empregador poderão estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas, por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- II. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
- III. É facultada às partes no contrato de emprego, a compensação da jornada de trabalho, sendo que a prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
b) II e III, apenas.
c) II, apenas.
d) I e III, apenas

74. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 1 (um) ano.
b) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência não dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
c) O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias.
d) O contrato por prazo determinado não será válido em se tratando: de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.

75. Quanto aos sindicatos e à organização sindical, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao Sindicato, qualquer interferência na sua

administração ou nos seus serviços. A regra vale, inclusive, para os empregados que exerçam cargos no Sindicato mediante autorização da Assembleia Geral.

- b) O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal.
c) Poderá ser reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, em uma dada base territorial, desde que no limite de até três para a mesma região.
d) Dentro da base territorial que lhe for determinada, é obrigatório ao sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional ou profissão liberal representada.

76. De acordo com o texto expresso na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são isentos do depósito recursal:

- a) Entidades sem fins lucrativos.
b) Empregadores domésticos.
c) Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
d) Empresas em recuperação judicial.

Gabarito: D

Comentários: Conforme previsto no art. 899, § 10, da CLT, são isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.

77. No que diz respeito ao rito sumaríssimo, assinale a alternativa ERRADA.

- a) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
b) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, não se fará citação por edital,

incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

- c) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo a Administração Pública direta, autárquica e fundacional possui prazo em dobro para recorrer.
- d) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

78. Quanto à forma de reclamação e notificação nos dissídios individuais, assinale a alternativa CERTA:

- a) Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.
- b) Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 10 dias
- c) Oferecida a contestação, ainda que eletronicamente, o reclamante poderá desistir da ação, mesmo sem o consentimento do reclamado.
- d) Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 8 (oito) dias.

79. No processo do trabalho, em relação ao depósito recursal, é correto afirmar que

- a) deve ser feito até o final do prazo do recurso quando se tratar de agravo de instrumento.

b) o depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança.

c) não pode ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.

d) no ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá ao dobro do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

80. Assinale a alternativa CERTA:

a) Em razão da indisponibilidade do interesse público, as pessoas jurídicas de direito público não se sujeitam à revelia no âmbito trabalhista.

b) A ação de indenização por dano moral decorrente da relação de trabalho proposta por sucessores de trabalhador falecido é de competência da justiça do trabalho.

c) Os honorários do assistente técnico deverão ser arcados pela parte sucumbente na perícia.

d) Na execução trabalhista, é impenhorável o faturamento de empresa porque isso comprometeria o desenvolvimento regular de suas atividades, bem como o próprio emprego de seus trabalhadores.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcanti

81. De acordo com a lei n. 8.213/91, o segurado especial do RGPS perderá essa qualidade quando:

a) firmar contrato de parceria para a outorga integral do imóvel a terceiros.

b) algum membro do grupo familiar for beneficiário de programa assistencial de governo.

c) se filiar a cooperativa de crédito rural.

d) receber benefício oriundo de plano de previdência complementar.

82. O texto permanente da Constituição Federal assegura a aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social:

- a) aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
- b) aos 35 anos de contribuição, se homem, e aos trinta anos de contribuição, se mulher.
- c) com redução de cinco anos no requisito contributivo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- d) aos 60 anos de idade, se homem, e aos 55 anos de idade, se mulher, para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar.

83. A respeito do auxílio-reclusão, assinale a alternativa incorreta:

- a) A concessão do benefício independe de carência.
- b) O benefício somente é devido caso o segurado esteja recolhido à prisão em regime fechado.
- c) O benefício somente é devido caso o segurado não receba remuneração de empresa e nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.
- d) A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de 12 (doze) meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.

84. A respeito do Regime de Previdência Complementar, assinale a alternativa correta:

- a) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.

b) O ingresso em regime de previdência privada é facultativo mas, uma vez feita a opção, esta será irrevogável.

c) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho dos participantes, nos termos da lei.

d) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

85. Os planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar deverão prever os seguintes institutos, exceto:

- a) Benefício proporcional diferido, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade;
- b) Benefício especial, pago pelo mesmo órgão responsável pela concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte.
- c) Portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano;
- d) Resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo;

86. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, incide contribuição previdenciária sobre a seguinte parcela da remuneração do servidor:

- a) terço de férias.
- b) pagamento retroativo de subsídios.
- c) serviços extraordinários.
- d) adicional noturno.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

87. Sobre os seguintes contratos empresariais, é correto afirmar que

- a) A entrega judicial forçada dos bens integrantes de contrato de comissão mercantil, ainda que estejam assinados por duas testemunhas não comporta ação executiva, em vista de sua iliquidez.
- b) O agenciado não pode cumular a função de distribuidor nos contratos de agência regidos pelo código civil.
- c) nas locações em shopping centers, o locador pode recusar a renovação se o imóvel vier a ser utilizado por ele.
- d) a cláusula "*del credere*" é típica dos contratos de comissão mercantil.

88. De acordo com a atual redação da Lei n.º 11.101/2005, o pedido de recuperação judicial, com base em plano especial para microempresas e empresas de pequeno porte,

- a) é obrigatório para as microempresas e facultativo para as empresas de pequeno porte.
- b) é obrigatório para o produtor rural, desde que esteja em dia com a declaração de informações fiscais de pessoa jurídica (DIPJ).
- c) abrange as empresas em formação, cujos atos constitutivos não tenham sido levados a registro no órgão competente.
- d) abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, em regra.

89. O contrato em que uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que esse contrato é um

- a) Mútuo mercantil
- b) Comissão mercantil
- c) Agência
- d) Concessão

90. Com relação a consórcios, a Lei das Sociedades Anônimas dispõe que

- a) o consórcio não tem personalidade jurídica. Bb) o consórcio assume personalidade jurídica nas mesmas condições que o grupo de sociedades.
- c) a falência de uma consorciada é motivo de extinção do consórcio.
- d) o consórcio será constituído por estatuto social, tanto quanto o grupo de sociedades.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

91. O Governador do Estado do Ceará, por meio de decreto, decide diminuir os limites do Parque Estadual do Cocó, a fim de acomodar atividades sociais na região. Acerca da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O ordenamento jurídico veda, por completo, a redução de uma unidade de conservação, mesmo que seja por meio de lei específica.
- b) A redução da unidade de conservação, realizada pelo decreto estadual, é válida, pois se encontra na esfera de discricionariedade do Chefe do Executivo.
- c) A redução da unidade de conservação só poderia ser realizada por meio de lei específica.
- d) A redução da unidade de conservação poderia ser realizada por meio de decreto, desde que ratificada pela Assembleia Legislativa.

92. Assinale a alternativa correta quanto a servidão ambiental.

- a) A servidão ambiental é um instrumento político da Política Nacional do Meio Ambiente.
- b) A servidão ambiental se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- c) Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada apenas na matrícula do imóvel serviente.
- d) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua. Sendo temporária, seu prazo mínimo será de 15 anos.

93. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, segundo o Código Florestal:

- a) As bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais.
- b) As áreas em altitude superior a 1.400 (mil e quatrocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- c) Em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 80 (oitenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.
- d) Os manguezais, desde que essenciais para a biota local.

94. Acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), assinale a alternativa correta.

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma independente, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima.
- b) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de

prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

- c) A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 10 (dez) anos, a ser atualizado a cada 5 (cinco) anos.
- d) Entende-se por resíduo sólido o material que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresente outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

95. Quais das unidades de conservação abaixo pertencem ao grupo de uso sustentável:

- a) Estação ecológica, área de proteção ambiental e reserva de fauna.
- b) Parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre.
- c) Reserva biológica, área de relevante interesse ecológico e floresta nacional.
- d) Reserva particular do patrimônio natural, reserva de desenvolvimento sustentável e área de proteção ambiental.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

Ivan Marques

- 96.** Pedro Henrique, fiscal de vigilância sanitária, licenciado do seu cargo público, exigiu de Ramsés determinada vantagem econômica indevida para si, em função do seu cargo público, para evitar a ação da fiscalização no estabelecimento comercial da vítima. Nessa situação hipotética, Pedro Henrique praticou o delito de

- a) excesso de exação.
- b) extorsão.
- c) corrupção passiva.
- d) concussão.

97. Aponte a alternativa correta sobre o crime contra a paz pública de associação criminosa:

- a) demanda a associação de 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas com o objetivo de praticar crimes.
- b) exige a demonstração do elemento subjetivo especial consistente no ajuste prévio entre os membros com a finalidade específica de cometer crimes indeterminados.
- c) tem caráter hediondo, a despeito de ter pena menor do que a associação para o tráfico, que não é equiparado ao hediondo.
- d) exige para sua configuração o concurso de agentes e a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos.

98. A legítima defesa

- a) é meio de exclusão da ilicitude em face de qualquer injusta agressão, desde que os bens jurídicos atacados sejam o patrimônio, a vida ou a integridade corporal.
- b) é cabível ainda que o bem agredido esteja submetido a outra forma de especial proteção, como o proprietário que ameaça o inquilino para que preserve o imóvel.
- c) exclui a antijuridicidade da conduta quando repele agressão injusta que esteja ocorrendo ou em vias de ocorrer, desde que a ação defensiva seja moderada e utilize os meios necessários.
- d) quando praticada em excesso, após cessada a agressão, implica em punição na modalidade culposa.

99. Assinale a alternativa correta quanto aos crimes contra a fé pública.

- a) O crime de falsidade material se consubstancia na alteração do conteúdo de documento, ainda que parcial, omitindo declaração que dele devia constar, ou nele inserindo ou fazendo inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita.
- b) Atribuir-se falsa identidade perante a autoridade policial em autodefesa, uma vez que procurado pela justiça, não constitui crime, aplicando-se o princípio da dignidade da pessoa humana.
- c) Há concurso material de crimes quando o falsificador posteriormente usa o documento falsificado que se esgota nessa conduta.
- d) Para efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

100. Aponte a alternativa que apresenta requisito(s) para a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritivas de direitos:

- a) ter a vítima mais de 14 (quatorze) e menos de 60 (sessenta) anos de idade, na data dos fatos.
- b) salvo no caso de delação premiada prevista na Lei nº 12.850/2013, e se o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, se doloso, que a pena aplicada não supere 4 (quatro) anos; se culposos, independentemente da quantidade de pena.
- c) não reincidência comum ou específica em crime doloso, ainda que em face da condenação anterior a medida seja socialmente recomendável.
- d) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, bem como os motivos e circunstâncias indicarem que a substituição seja suficiente.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGE-CE-04-12-2021>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>